

RELAÇÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO E AS IMPLICAÇÕES PARA A DEMOCRACIA: REFLEXÕES E CONSTRUÇÕES COLETIVAS

Vera Maria Vidal Peroni

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS-Brasil)

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP-Brasil)

Maria Raquel Caetano

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFSUL-Brasil)

RESUMO

O artigo tem como objetivo principal apresentar a construção teórica desenvolvida pelo GPRPPE (Grupo de Pesquisas Relação entre o Público e o Privado na Educação) que analisa os processos de privatização no contexto educacional brasileiro e de países latino-americanos. No contexto neoliberal, os processos de privatização avançam na educação pública e perpassam diferentes formas pelas quais as instituições privadas influenciam o setor educacional. Esses processos ocorrem na direção da política educacional, na execução e direção das políticas educacionais e no conteúdo das propostas que alteram o projeto de educação pública. A privatização via direção refere-se à pauta educacional e os grandes debates em torno das políticas de educação. No âmbito dos processos de execução, verifica-se uma participação direta do setor privado na oferta de serviços educacionais. Nos processos de execução e direção, destacam-se as parcerias entre o poder público e institutos privados. Analisamos a relação entre o público e o privado como projetos societários em disputa, em que a propriedade da escola permanece pública, mas não necessariamente quem assume a direção e execução dos projetos educacionais é o setor público, em uma ampla e complexa diversidade de formas de privatização materializadas através de parcerias, de terceirização, de doação, de atuação de organizações sociais, de modo a aderir a lógica do mercado. É o que tratamos como privatização da e na educação (Rikowski, 2017), em que a privatização da educação envolve uma disputa pelo fundo público no sentido do lucro, é a educação tornando-se capital; enquanto a privatização na educação é a tomada de controle por parte das empresas e não envolve propriedade, é a disputa pelo conteúdo e pelo controle da educação, quando não ocorre a mudança de propriedade. Como procedimentos metodológicos utilizamos o acúmulo de pesquisas realizadas pelo grupo em que são sintetizadas na caracterização de diferentes formas pelas quais as instituições privadas atuam na educação pública e os conceitos que construímos para análise e aprofundamento da compreensão das distintas formas de privatização do público e suas implicações para a democratização da educação e da sociedade.

Palavras-chave: privatização da educação; direção; execução; conteúdo da proposta.

RELACIONES ENTRE LO PÚBLICO Y LO PRIVADO Y LAS IMPLICACIONES PARA LA DEMOCRACIA:

REFLEXIONES Y CONSTRUCCIONES COLECTIVAS

RESUMEN

El objetivo principal de este artículo es presentar el marco teórico desarrollado por GPRPPE (Grupo de Investigación sobre la Relación entre los Sectores Público y Privado en Educación), que analiza los procesos de privatización en el contexto educativo brasileño y en otros países latinoamericanos. Dentro del contexto neoliberal, los procesos de privatización avanzan en la educación pública y abarcan diferentes formas en que las instituciones privadas influyen en el sector educativo. Estos procesos se manifiestan en la dirección de la política educativa, en la ejecución y orientación de las políticas educativas, y en el contenido de las propuestas que modifican el proyecto de educación pública. La privatización a través de la dirección se refiere a la agenda educativa y a los principales debates en torno a las políticas educativas. En el contexto de los procesos de ejecución, existe una participación directa del sector privado en la prestación de servicios educativos. En los procesos de ejecución y dirección, destacan las alianzas entre autoridades e instituciones privadas. Analizamos la relación entre los sectores público y privado como proyectos sociales en competencia, donde la propiedad de la escuela sigue siendo pública, pero la dirección y ejecución de los proyectos educativos no son necesariamente asumidas por el sector público. Esto se manifiesta en una amplia y compleja diversidad de formas de privatización, materializadas a través de alianzas, subcontratación, donaciones y la participación de organizaciones sociales, adhiriéndose a la lógica del mercado. A esto nos referimos como la privatización de y en la educación (Rikowski, 2017). La privatización de la educación implica una disputa por fondos públicos con fines de lucro, convirtiéndose la educación en capital; mientras que la privatización en la educación es la toma de control por parte de empresas y no implica propiedad, sino más bien una disputa sobre el contenido y el control de la educación, donde la propiedad permanece inalterada. Como procedimientos metodológicos, utilizamos la investigación acumulada por el grupo, que se sintetiza en la caracterización de las diferentes formas en que las instituciones privadas operan en la educación pública, y los conceptos que construimos para el análisis y la profundización de la comprensión de las distintas formas de privatización de la esfera pública y sus implicaciones para la democratización de la educación y la sociedad.

Palabras clave: privatización de la educación; dirección; ejecución; contenido de la propuesta.

RELATIONS BETWEEN THE PUBLIC AND THE PRIVATE AND THE IMPLICATIONS FOR DEMOCRACY: COLLECTIVE REFLECTIONS AND CONSTRUCTIONS

ABSTRACT

The main objective of this article is to present the theoretical framework developed by GPRPPE (Research Group on the Relationship between the Public and Private Sectors in Education), which analyzes privatization processes in the Brazilian educational context and in other Latin American countries. Within the neoliberal context, privatization processes are advancing in public education and encompass different ways in which private institutions influence the educational sector. These processes occur in the direction of educational policy, in the execution and direction of educational policies, and in the content of proposals that alter the public education project. Privatization via direction refers to the educational agenda and the major debates surrounding education policies. In the context of execution processes, there is direct participation of the private sector in the provision of educational services. In the processes of execution and direction, partnerships between public authorities and private institutions stand out. We analyzed the relationship between the public and private sectors as competing societal projects, where school ownership remains public, but the direction and execution of educational projects are not necessarily assumed by the public sector. This occurs in a wide and complex diversity of privatization forms materialized through partnerships, outsourcing, donations, and the involvement of social organizations, adhering to market logic. This is what we refer to as the privatization of and in education (Rikowski, 2017). The privatization of education involves a dispute over public funds for profit, with education becoming capital; while privatization in education is the takeover by companies and does not involve ownership, but rather a dispute over the content and control of education, where ownership does not change. As methodological procedures, we used the accumulated research carried out by the group, which is synthesized in the characterization of different ways in which private institutions operate in public education, and the concepts we constructed for the analysis and deepening of the understanding of the distinct forms of privatization of the public sphere and their implications for the democratization of education and society.

Keywords: privatization of education; governance; implementation; proposal content.

Introdução

Este artigo fundamenta-se na pesquisa intitulada “A relação público-privado em países latino-americanos: sujeitos e conteúdo da proposta”, que dá continuidade às investigações conduzidas pelo Grupo de Pesquisa Relação entre o Público e o Privado na Educação (GPRPPE). Ao longo de suas pesquisas, o grupo construiu conceitos próprios, fundamentados

no diálogo coletivo e na análise empírica. Este texto busca trazer uma síntese destes conceitos, com alguns exemplos de sua materialização.

O primeiro conceito fundamental é o de *relação* entre o público e o privado. Ao iniciar a pesquisa com países latino-americanos em 2016, especificamente Argentina, Bolívia, Chile, Uruguai e Venezuela, com a inclusão do México em 2019, identificamos que a maioria dos países estavam vivenciando governos de esquerda ou centro-esquerda, em que as políticas públicas voltavam a estar na pauta e não apenas os processos de privatização. Após anos de ditadura, o início dos processos de redemocratização foi marcado por governos neoliberais, com políticas de austeridade. Assim, ao mesmo tempo em que lutávamos por direitos sociais materializados em políticas e coletivização das decisões e inclusive conseguimos implementar alguns direitos via legislação, como foi o caso do Brasil, vivíamos o Estado mínimo para com as políticas sociais e máximo para o capital (Peroni, 2003). A partir disso, passamos a analisar o público e o privado como projetos societários, em um processo de correlação de forças com implicações para a construção recente da democracia no país.

Para analisar as implicações que os processos de privatização têm para a recente construção democrática, tivemos que deixar claro qual é o nosso conceito de democracia, o qual foi construído com base nas contribuições de Wood (2003), Mészáros (2002) e Vieira (1998; 2007). Segundo Vieira (1998), quanto maior o grau de coletivização das decisões, mais democrática é a sociedade. Wood (2003) enfatiza a articulação entre as esferas econômica e política, associando a democracia à efetivação de direitos sociais por meio de políticas públicas. Mészáros (2002) destaca, por sua vez, a centralidade do controle social exercido criticamente pelos próprios sujeitos na prática social cotidiana. Nessa perspectiva, compreende-se a democracia não como uma abstração, mas como a materialização de direitos em políticas coletivamente construídas na autocrítica da prática social (Peroni, 2018), processo que se constrói e reconstrói cotidianamente nas relações sociais, familiares e escolares, exigindo a participação ativa dos sujeitos.

Abrir mão da vivência democrática nas escolas significa comprometer a construção de uma sociedade democrática para as próximas gerações. Segundo Thompson (1981), a sociedade democrática não se dá por estruturas, mas pela ação dos sujeitos. Dessa forma, a democracia é resultado de processos coletivos, exercitados e reafirmados cotidianamente, valorizando o debate, a divergência e a construção conjunta de soluções que ocorrem na experiência.

Ao mesmo tempo em que se busca construir o público, em meio a avanços, ainda que pequenos, setores ligados ao capital disputam a pauta educacional com seu projeto societário. A análise deste processo não é recente, mas sim resultado de mais de duas décadas de pesquisa do GPRPPE, que sempre analisou a relação entre o público e o privado como parte de um período particular do capitalismo. Assim, nos anos 1990 e início dos anos 2000, focamos nas chamadas instituições filantrópicas, vistas como representantes do público não estatal, muito relacionado ao terceiro setor.

Neste sentido, a pesquisa realizada com Inglaterra e Portugal¹, a partir de 2011, foi fundamental para compreender a relação entre o terceiro setor e a chamada terceira via. A social-democracia, ao afirmar o fim dos conflitos de classe, impulsionou o crescimento das instituições filantrópicas e do empreendedorismo social, inclusive em governos de centro-esquerda.

Atualmente, vivenciamos o neoliberalismo, o neofascismo e o neoconservadorismo. Após a crise econômica de 2008, verificou-se um fortalecimento e reinvenção do capitalismo, conforme descrito por Harvey (2008) como o processo de restauração do poder de classe. A crise passou a ser utilizada como justificativa para a redução das políticas sociais, incluindo a educação. O privado vem ocupando progressivamente funções de direção e execução nas políticas educacionais, fundamentado no diagnóstico neoliberal de que a educação pública apresenta resultados insatisfatórios e o Estado é incapaz de promover mudanças efetivas nesta conjuntura. Ressalta-se que as políticas de austeridade foram determinantes para a precarização do ensino público, embora essa relação nem sempre seja explicitada por setores vinculados ao capital.

Segundo Mattei (2023), o discurso da austeridade oculta seu caráter de classe ao apresentar seus efeitos como universais. Na edição brasileira, a autora destaca medidas como a flexibilização das legislações trabalhistas e a autonomia do Banco Central, associadas ao elevado juro real, como expressões típicas da austeridade. Essa política não se restringe ao corte de gastos, mas envolve decisões sobre despesas e tributação. O novo arcabouço fiscal, incluindo o teto de gastos, exemplifica a proteção de interesses capitalistas em detrimento das demandas democráticas, evidenciando a austeridade como estratégia deliberada de classe.

¹ Parcerias entre sistemas públicos e instituições do terceiro setor: Brasil, Argentina, Portugal e Inglaterra: implicações para a democratização da educação (2011 a 2014). Financiamento: CNPq.

A autora analisa as dimensões fiscal, monetária e industrial da austeridade. No plano fiscal, observa-se a redução de investimentos sociais e a adoção de políticas tributárias regressivas. Na dimensão monetária, a restrição do crédito e a elevação dos juros desaceleram a economia, ampliam o desemprego e enfraquecem a organização sindical. Já na dimensão industrial, a austeridade contribui para a estabilidade das relações produtivas, favorecendo a acumulação de capital, enquanto os cortes orçamentários ampliam o exército de reserva e pressionam os salários. Mattei (2023) associa essas políticas ao avanço do fascismo, citando o governo Mussolini como exemplo histórico.

A austeridade, nesse sentido, reforça a estrutura de classes e sustenta a ordem capitalista (Mattei, 2023). Em contextos de contestação social, sua implementação tende a recorrer a práticas autoritárias, restabelecendo condições favoráveis à acumulação do capital por meio do desemprego, da redução de salários e da restrição de direitos. No Brasil recente, esse processo manifesta-se no avanço de agendas conservadoras e no discurso antissistêmico da extrema direita, que defende o Estado mínimo e a limitação de políticas públicas, recorrendo ao medo e à violência como instrumentos políticos (Peroni, 2023).

Brown (2021) destaca que o neoliberalismo teve impactos significativos nas políticas sociais, contribuindo para o aumento da desigualdade. A autora também identifica características do neoconservadorismo, como a presença de forças antidemocráticas, a desvalorização das esferas sociais, a ênfase na moralidade tradicional e nos mercados como elementos centrais, além do descrédito em relação ao bem público. A moralidade tradicional é frequentemente utilizada como instrumento político e nenhuma esfera permanece imune à influência da racionalidade e dos valores neoliberais, sendo um dos principais pontos críticos o ataque à democracia (Brown, 2021). A autora aponta que para Hayek (1998) as crenças religiosas são verdades simbólicas que promovem a sobrevivência e a prosperidade e Deus é somente a personificação desta tradição moral ou valores que mantêm viva sua comunidade. Neste sentido, “mistificações religiosas são atalhos para preservar tradições” (Brown, 2021, p. 124). O efeito é dissociar verdade da responsabilidade, contestar a igualdade e a justiça por meio da tradição, e eliminar a legitimidade da soberania popular, fortalecendo a contraposição entre indivíduo e coletivo. Para a autora, “à medida que a vida cotidiana é mercantilizada de um lado e "familiarizada" de outro pela racionalidade neoliberal, estes processos gêmeos contestam os princípios de igualdade, secularismo, pluralismo e inclusão, junto com a determinação democrática de um bem comum” (Brown, 2021, p. 132)

Sobre a relação entre a convergência entre o neoliberalismo e o conservadorismo social no ambiente da família tradicional, Brown (2021) apresenta o argumento de Melinda Cooper (2021) sobre o papel das famílias em substituição ao Estado de bem-estar. Os indivíduos voltam a depender da família para tudo e ficam submetidos à autoridade: “a tradição é a proteção da liberdade contra um modo de vida organizado pelo poder público” (Brown, 2021, p. 122)

Na educação brasileira, disputas entre grupos neoconservadores e neoliberais influenciaram o conteúdo escolar, impulsionando propostas como o Escola sem Partido, a militarização de escolas públicas e a regulamentação da Educação Domiciliar. Essas iniciativas refletem estratégias ideológicas de controle e restauração do poder de classe, muitas vezes associadas a políticas segregacionistas e anticonstitucionais. Programas como o PECIM permitiram a gestão de escolas por militares, ferindo princípios de gestão democrática estabelecidos pela legislação educacional, já que apesar de serem públicas, essas escolas cívico-militares têm cargos supervisionados por militares, que controlam disciplina e comportamento dos alunos (Lima, 2020).

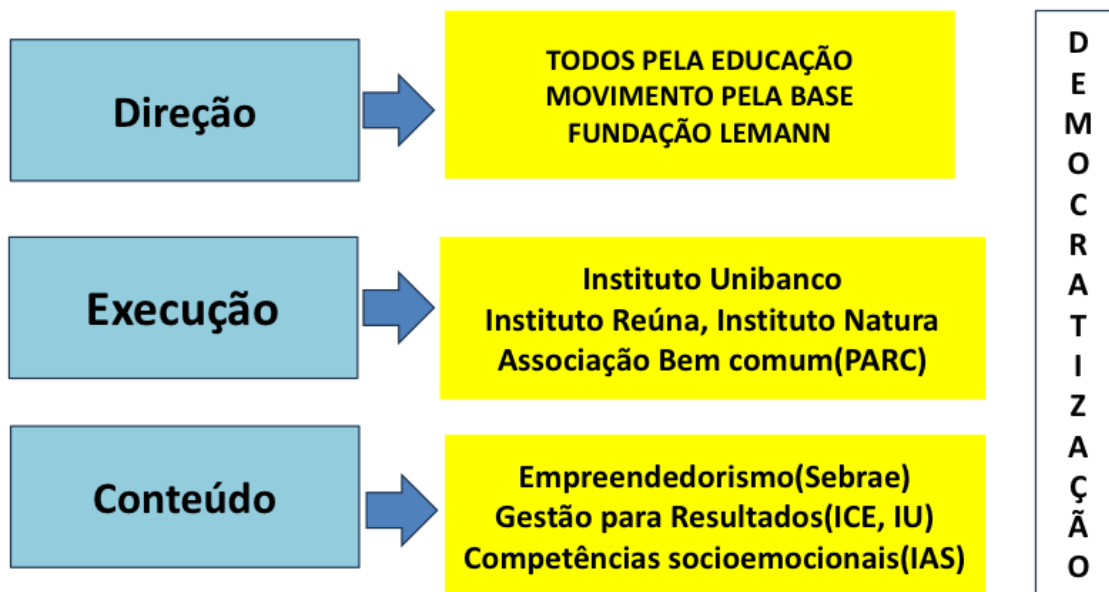
Formas de materialização do privado na educação pública

Ao longo das pesquisas sobre o tema, principalmente em diálogo com pesquisadores estrangeiros, verificou-se que era mais habitual caracterizar propostas de privatização nas quais o setor privado atuava na execução e oferta de políticas financiadas pelo Estado, especialmente na educação de jovens e adultos, educação infantil e educação profissional. No Brasil, observa-se também a presença do setor privado na execução da oferta nessas etapas e modalidades, entretanto, nossas pesquisas demonstram que sujeitos privados têm operado internamente às escolas públicas por meio de parcerias.

Segundo o Censo Escolar de 2025, 79,9% das matrículas pertencem à rede pública e 20,1% à rede privada (Brasil, 2026). A escola mantém seu caráter público, não ocorrendo mudança de oferta ou de propriedade, porém, a gestão, a rotina escolar, os conteúdos, as avaliações e a formação de professores ficam sob responsabilidade dos parceiros privados.

Para aprofundar as análises e as particularidades dos movimentos de materialização da privatização no contexto brasileiro, construímos conceitos para diferenciar estas particularidades, que são: direção, execução e execução/direção.

Figura 1: Direção e execução e conteúdo da proposta - exemplos de materialização



A privatização via direção refere-se à pauta educacional e os grandes debates em torno das políticas de educação. Nesse contexto, destacam-se a atuação de grupos empresariais, como o Todos Pela Educação (Bernardi; Uczak; Rossi, 2021) e o Movimento pela Base Nacional Comum (Caetano, 2019; 2020), que pautam suas propostas em interesses mercantis, assim como a presença de grupos com posicionamentos conservadores, a exemplo dos defensores do Escola Sem Partido, Educação Domiciliar e da implementação de escolas militarizadas (Lima, 2020). Esses movimentos, embora apresentem diferentes agendas, têm exercido influência considerável sobre a formulação e condução das políticas públicas.

No âmbito dos processos de execução, verifica-se uma participação direta do setor privado na oferta de serviços educacionais, exemplificada por iniciativas em creches comunitárias (Susin, 2009), na Educação Profissional (Caetano, 2025), na Educação de Jovens e Adultos e na Educação Especial.

Nos processos de execução e direção, destacam-se as parcerias entre o poder público e institutos privados, tais como Instituto Positivo (Lumertz, 2021), Instituto Unibanco (Caetano,

2018), Instituto Ayrton Senna, (2021) e Fundação Lemann (Oliveira, 2021). Essas parcerias não apenas definem o conteúdo programático da educação, como também operacionalizam suas propostas por meio de ações voltadas à formação, avaliação, monitoramento, premiação e aplicação de sanções, mecanismos que asseguram o cumprimento dos objetivos estabelecidos. A seguir apresentamos um quadro-síntese destacando formas de materialização da privatização da educação pública via direção, execução e execução/ direção:

Quadro 1: categorias da privatização da educação

Fonte: organizado pela autora, com base em Peroni (2015) e Peroni *et al.* (2021).

Categorias da privatização da educação		
EIXOS	DESCRIÇÃO	Alguns exemplos
DIREÇÃO	Influências na concepção/construção da política através de influências na agenda educacional.	*Movimento Todos pela Educação *Movimento pela Base Nacional Comum Curricular *Sistema S *CNI *Fundação Lemann
EXECUÇÃO	Executam a política através de consultorias, projetos e ações, venda de todo tipo de produtos. Podem criar redes dentro de redes (Ball, 2014).	Instituto Unibanco, Instituto Ayrton Senna, Itaú Educação e Cultura. Instituto Reúna, Instituto Singularidades, ICE, Associação Bem comum, Instituto longo, Fundação Vivo.
DIREÇÃO E EXECUÇÃO	A influência ocorre ao mesmo tempo: na direção e execução, em que instituições privadas executam sua proposta por meio da formação docente, currículo, da avaliação do monitoramento. Controle da educação.	Fundação Lemann, Instituto Ayrton Senna, Instituto Unibanco, Itaú Educação e Trabalho, SEBRAE.
CONTEÚDO	A influência ocorre no conteúdo dos projetos e programas desenvolvidos pelas instituições que interferem no processo pedagógico e na organização da escola pública. Nesse caso, definem a produção e apropriação do conhecimento.	*Gestão para Resultados: Instituto Unibanco, ICE. *Empreendedorismo: SEBRAE. *Competências socioemocionais: Instituto Ayrton Senna.

A seguir trataremos mais especificamente de alguns Movimentos e Institutos pesquisados pelo GPRPPE, que têm abrangência nacional e grande influência tanto na pauta educacional, quanto na atuação das redes de ensino e escolas públicas do país.

Iniciamos pelo Movimento Todos pela Educação (TPE), em razão de sua ampla abrangência e relevância na agenda educacional brasileira. Fundado em 2006, o Movimento assumiu o protagonismo de articular setores empresariais em torno de uma pauta de mercado para a educação, com incidência também em países latino-americanos. Em 2011, o TPE organizou, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Rede Latino-americana de Organizações da Sociedade Civil para a Educação (REDUCA).

Bernardi, Uczak e Rossi (2021) identificam três eixos centrais da atuação do TPE no período posterior a 2016: a elaboração do documento *Educação Já: uma proposta*

suprapartidária de estratégias para a Educação Básica brasileira e prioridades para o Governo Federal em 2019–2022, lançado em 2018 durante o processo eleitoral; a articulação empresarial em torno da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC); e a participação ativa nos debates sobre o novo Fundeb.

O TPE participou da organização, em 2013, do Movimento pela Base Nacional Comum Curricular (MBNC), iniciativa que contribuiu para a construção de uma demanda dirigida ao Ministério da Educação. Em 2015, o MEC instituiu, por meio da Portaria nº 592, a comissão de especialistas responsável pela elaboração da proposta da BNCC. O texto final foi aprovado apenas em 22 de dezembro de 2017 pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio da Resolução CNE/CP nº 2/2017, que passou a orientar sua implementação. Contudo, antes mesmo da publicação das orientações oficiais, já circulava na página do MBNC um manual com o “passo a passo” para a implantação da Base, destinado a orientar entes federados e escolas (Bernardi, Uczak e Rossi, 2021).

Caetano (2025) observa que a BNCC reflete bem a disputa pelo currículo da educação básica que ocorreu, por exemplo, nas questões conceituais:

A reflexão sobre os direitos de aprendizagem versus habilidades e competências fez parte do debate sobre o conteúdo da BNCC e sobre a visão de educação e Reformas educacionais e gerencialismo: Repercussões no currículo da educação pública de mundo.(...) Ao longo do debate conceitual da BNCC e na lógica das competências, o foco passa a ser a aprendizagem, passível de medição e de comparação, por facilitar as medidas nas avaliações nacionais e transnacionais, o que justifica a padronização dos currículos em nível mundial (Caetano, 2025, p. 6).

Outra instituição de destaque na atuação educacional é a Fundação Lemann (FL), organização familiar sem fins lucrativos, fundada em 2001, com início de suas atividades em 2002, pelo empresário Jorge Paulo Lemann. A partir de 2003, a FL passou a investir de forma sistemática na área de gestão educacional, orientando sua atuação por princípios como foco em resultados, gerenciamento de metas, competitividade e identificação e formação “dos melhores” em desempenho.

Segundo Oliveira (2021), o principal eixo de atuação da FL é o Programa Formar, em parceria com governos, que apresenta caráter abrangente, na medida em que incide diretamente na definição de políticas educacionais dos sistemas públicos de ensino. O programa articula ações como a expansão da rede de internet banda larga em parceria com o poder público, como estratégia de consolidação da proposta de inovação defendida pela

Fundação, além de promover a formação continuada de gestores/s escolares das redes atendidas, às quais a FL presta assessoria.

Outro programa relevante é o Gestão para Aprendizagem (GPA), desenvolvido em parceria com redes de ensino por meio de cursos direcionados aos/às gestores/as escolares. No âmbito do GPA, são incentivadas práticas como o planejamento sistemático, a observação de aulas, o uso racional do tempo na gestão da sala de aula e o fortalecimento do papel dos/as gestores/as como agentes multiplicadores na atuação direta junto aos/às professores/as (Oliveira, 2021, p. 279).

A Fundação Lemann (FL) também atua no Programa federal Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, lançado pelo MEC em junho de 2023, através da parceria com a Associação Bem Comum (ABC) em dois programas direcionados aos estados: o "Educar pra Valer" e a "Parceria pela Alfabetização em Regime de Colaboração" (PARC). Em sua página², a Fundação aponta que a PARC “oferece suporte técnico para que os estados, em regime de colaboração com municípios, desenvolvam políticas públicas com foco na alfabetização das crianças até os sete anos de idade”. A FL destaca que o apoio a secretarias estaduais de Educação ocorrerá via desenvolvimento de material didático, formação de professores, gestores escolares e coordenadores pedagógicos. Sobre ao Programa Educar pra Valer, o objetivo é “oferecer assessoria técnica gratuita aos municípios participantes, apoiando-os na implementação de boas práticas de gestão educacional”. Verificamos, mais uma vez, a presença do setor privado na gestão educacional e a vinculação entre gestão e desempenho dos alunos.

A Fundação atua também em outras parcerias com o governo federal como na Estratégia Nacional de escolas conectadas:

Além dos programas que a Fundação Lemann vem desenvolvendo nas redes públicas de educação, uma nova oportunidade de inserção, surge em outubro de 2023, quando o presidente Lula lançou a Estratégia Nacional de Escolas Conectadas, um dos maiores projetos sociais do governo, no qual a MegaEdu, ONG criada por Jorge Paulo Lemann, teve sua inserção nos órgãos governamentais intermediada pela secretária de Educação Básica, Kátia Schweickardt, que anteriormente fazia parte do comitê de especialistas do Centro Lemann, outra entidade ligada ao empresário (ICL notícias, 2023, doc. eletrônico s/p) (Oliveira, 2025, p. 31).

² <https://abemcomum.org/parceria-pela-alfabetizacao-em-regime-de-colaboracao>.

Outro instituto analisado pelo GPRPPE, em razão da relevância e da continuidade de sua atuação no país, é o Instituto Ayrton Senna (IAS), organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada em novembro de 1994. O IAS atua em parceria com sistemas públicos de educação nos âmbitos estadual, municipal e nacional, desenvolvendo programas e propostas voltados à gestão, ao currículo e à avaliação educacional.

Comerlatto (2021) destaca trecho da entrevista concedida pela presidente do Instituto, Viviane Senna, presente no Relatório do IAS de 2019, na qual afirma: “O professor é uma alavanca central para resolver a educação do país. A evidência científica mostra que 70% da aprendizagem do aluno está ligada à qualidade do professor. (Mas) ser bom professor não está relacionado a ter título de PhD, não está relacionado a anos de trabalho, e não é só salário” (Comerlatto, 2021, p. 127). Essa formulação, conforme analisa Comerlatto (2021), contribui para a desqualificação de aspectos estruturantes do trabalho docente – como formação acadêmica, trajetória profissional e condições salariais – e sustenta a adoção, pelo Instituto, de materiais didático-pedagógicos fortemente estruturados, padronizados e replicáveis. Tais materiais são acompanhados por rotinas previamente definidas, bem como por mecanismos permanentes de monitoramento e supervisão do trabalho docente, apresentados como estratégias para assegurar a qualidade da educação pública.

Destaca-se, ainda, o papel do IAS na consolidação das competências socioemocionais como eixo central da agenda educacional brasileira. Para o Instituto, competências socioemocionais são capacidades individuais que orientam modos de pensar, sentir e agir, manifestando-se em padrões recorrentes de comportamento diante de situações pessoais e sociais. O Instituto encomendou o estudo *Desenvolvimento socioemocional e aprendizado escolar: uma proposta de mensuração para apoiar políticas públicas*, que deu origem ao programa de avaliação socioemocional SENNA (Social and Emotional or Non-cognitive Nationwide Assessment). O instrumento fundamenta-se no modelo dos *Big Five* e organiza as competências socioemocionais em cinco macrocompetências: autogestão; engajamento com os outros; amabilidade; resiliência emocional; e abertura ao novo.

No âmbito da proposta Educação para o Século XXI, o IAS articula uma ampla rede multidisciplinar de parceiros, envolvendo universidades, pesquisadores, fundações e organizações internacionais. Conforme informações divulgadas em sua página institucional, o Instituto encaminha, junto ao Conselho Nacional de Educação, o Projeto CNE/UNESCO: o desenvolvimento das habilidades socioemocionais como caminho para a aprendizagem e o

sucesso escolar de alunos da educação básica, ampliando sua incidência na formulação de diretrizes nacionais. A centralidade atribuída às competências socioemocionais desloca o foco da formação escolar para atributos comportamentais e adaptativos, funcionalizados às exigências da sociedade do capital, reforçando uma concepção instrumental da educação e contribuindo para processos de padronização e controle do trabalho pedagógico.

Diferentemente dos demais institutos e movimentos analisados, que se apresentam como organizações sem fins lucrativos, o Grupo Positivo configura-se como uma *holding* empresarial que comercializa seus produtos no mercado educacional, atendendo tanto instituições privadas quanto sistemas públicos de ensino (Lumertz, 2021, p. 240).

No campo educacional, o Grupo Positivo oferece, principalmente, dois produtos: o Sistema Positivo de Ensino, destinado a escolas privadas conveniadas, que disponibiliza recursos pedagógicos, didáticos e administrativos para gestores, professores, estudantes e famílias; e o Sistema de Ensino Aprende Brasil, voltado às redes municipais públicas de ensino. Este último consiste em um conjunto integrado de soluções que inclui livros didáticos impressos e digitais, cursos de formação, assessoria pedagógica presencial e a distância, além de um ambiente digital de aprendizagem.

O Sistema de Ensino Aprende Brasil incorpora os mecanismos de avaliação e monitoramento Hábile e simeB, que permitem o acompanhamento sistemático do desempenho dos estudantes e subsidiam a atuação de professores e gestores, reforçando práticas de controle, mensuração de resultados e padronização pedagógica:

O Sistema Brasileiro de Monitoramento da Educação (simeB) é uma plataforma de tecnologia educacional que oferece, examina e acompanha indicadores com o objetivo de aprimorar a qualidade do ensino nos municípios que adotam o Sistema de Ensino Aprende Brasil. O simeB busca auxiliar a administração municipal ao notificar e analisar os dados coletados nas localidades, disponíveis no site oficial. (Carvalho; Lumertz; Sousa, 2025, p. 53)

Outro instituto analisado pelo GPRPPE é o Instituto Alfa e Beto (IAB), cuja atuação se concentra no “Programa Alfa e Beto de Alfabetização”, que articula a alfabetização fônica a uma proposta de ensino estruturado. Fundamentado na educação baseada em evidências, o programa integra ações da secretaria de educação, da escola e da sala de aula, operando de forma verticalizada. Seus materiais padronizados e replicáveis vinculam as decisões da gestão às práticas docentes, viabilizando o monitoramento sistemático e o controle da implementação pedagógica.

Segundo Azevedo (2025), o Programa Alfa e Beto de Alfabetização, destinado ao 1º ano do ensino fundamental, caracteriza-se por um currículo estruturado, adoção do método fônico, materiais didáticos padronizados, formação continuada de gestores e professores e uso sistemático de instrumentos de acompanhamento e avaliação, orientados ao controle da implementação pedagógica. O programa disponibiliza um conjunto amplo de materiais didático-pedagógicos padronizados, incluindo livros para os alunos, manuais e instrumentos de orientação para professores, escolas e secretarias de educação, bem como dispositivos sistemáticos de avaliação e acompanhamento, reforçando mecanismos de padronização curricular e controle do trabalho pedagógico (Azevedo, 2025).

Além do programa de alfabetização, conforme Azevedo (2025), o IAB atua com o Programa de Ensino Estruturado, destinado aos alunos do 2º ao 5º ano do ensino fundamental. Centrado nas disciplinas de língua portuguesa, matemática e ciências, o programa opera de forma semelhante ao de alfabetização, por meio de materiais didáticos padronizados, orientações detalhadas aos docentes, instrumentos de gestão para secretarias e escolas, avaliações periódicas e um sistema gerencial baseado na plataforma SIGIAB, reforçando práticas de monitoramento, controle e padronização da ação pedagógica.

Outro programa desenvolvido pelo IAB é o “Programa Alfa e Beto de Fluência de Leitura”, iniciado no 1º ano do ensino fundamental e estendido aos anos subsequentes. Organizado em etapas, o programa tem como foco a redução de erros e o aumento da velocidade, do ritmo e da cadência da leitura, orientando-se por parâmetros padronizados de desempenho e reforçando práticas de monitoramento e controle do processo de leitura (Azevedo, 2025).

Os Institutos estudados atuam na formação, na gestão escolar, na rotina e no monitoramento da escola. O conteúdo de suas propostas é vinculado ao empreendedorismo, gestão gerencial, meritocracia, premiação, competitividade, enfim, princípios vinculados à pauta do mercado. Apesar de seu conteúdo não estar adequado às bases da reestruturação produtiva, mas às fordistas, com materiais fortemente estruturados e padronizados. O trabalhador criativo, que resolve problemas e trabalha em equipe, não parece ser a pauta de formação dos alunos da escola pública para os institutos estudados (Antunes; Peroni, 2023). Destacamos ainda o papel desses Institutos na formação continuada de professores e gestores, e desta forma, “[...] estão envolvidas na produção social da força de trabalho. Assim, quando

são privatizadas, as atividades, processos e formas pedagógicas envolvidas na produção de força de trabalho também são necessariamente privatizadas” (Rikowski, 2017, p. 395).

Conclusão

O processo de redefinição do papel do Estado tem provocado alterações nas relações entre as esferas pública e privada, acarretando impactos significativos para a democratização, compreendida como a efetivação de direitos por meio de políticas sociais universais. A contraposição entre a garantia coletiva de direitos e a lógica individualista do empreendedorismo, bem como a visão do cidadão enquanto consumidor de serviços, representa uma mudança relevante, com profundas implicações na formulação de projetos democráticos. A análise sobre o conceito de público está intimamente vinculada à compreensão de democracia, definida aqui como a coletivização das decisões, a concretização de direitos sociais por políticas públicas e a participação ativa dos sujeitos na (re)construção das práticas sociais – um processo contínuo, não um produto acabado.

Este texto propõe reflexões acerca das consequências do processo de privatização do público para a democracia, especialmente em projetos de sociedade e educação baseados no individualismo e não orientados pela construção democrática. Ao longo da análise, observa-se que a ênfase no individualismo aproxima conservadores e ultraliberais no contexto do neoconservadorismo, e destaca-se que tal perspectiva é partilhada tanto pelo neoliberalismo quanto pelo neoconservadorismo, onde sucesso e fracasso são vistos como resultados de virtudes estritamente individuais.

No Brasil, o direito à educação enfrenta desafios específicos de uma sociedade marcada pela diversidade e desigualdade. Assim, a universalização do acesso não pode desconsiderar as particularidades de populações indígenas, ribeirinhas ou migrantes, cujas demandas exigem adaptações nas políticas públicas. O avanço do processo de privatização do público afeta diretamente a democratização do direito à educação, ao impor modelos padronizados e negligenciar a construção coletiva e democrática dos projetos pedagógicos.

Por fim, reforça-se que a construção coletiva é fundamental e cotidiana para a consolidação da democracia. A experiência acumulada pelo grupo de pesquisa evidencia a importância do diálogo, da crítica construtiva e do exercício democrático em todos os espaços. Dessa forma, a democracia deve ser compreendida como um processo dinâmico e permanente, construído por todos os indivíduos nas diversas esferas das relações sociais.

Referências

- Azevedo, A. (2025). Instituto Alfa E Beto (IAB): Sujeito(s) e Conteúdo da Proposta. In: Peroni, V. *Relatório de Pesquisa A relação público-privado em países latino-americanos: sujeitos e conteúdo da proposta*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Antunes, F; Peroni, V. (2023). Democratização e Relações entre Público e Privado em Educação: provisão, sentido e conteúdo, no Brasil e Portugal (2015-2022). *Currículo sem Fronteiras*, v. 23.
- Bernardi L; Uczak L; Rossi A. (2021). A organização e ação da classe empresarial brasileira no contexto educacional atual. In: PERONI, Vera; ROSSI, Alexandre; LIMA, Paula (Org.). *Diálogos sobre a relação entre o público e o privado no Brasil e América Latina*. São Paulo: Livraria da Física.
- Brasil (2019). *Decreto no 10.004, de 5 de setembro de 2019*. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Diário Oficial da União, Brasília.
- Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2026). Censo escolar da educação básica 2025: notas estatísticas [recurso eletrônico]. Brasília, DF: Inep.
- Brown, W. (2019). *Nas ruínas do neoliberalismo*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia.
- Caetano, M. R. (2020). Agora o Brasil tem uma Base! A BNCC e as influências do setor empresarial. Que Base?. *Educação em Revista* v. 21 n. 2.
- Caetano, M. R. (2019). Os sujeitos e a proposta educacional da Base Nacional Comum Curricular: entre o público e o privado. *Teoria e Prática da Educação*. vol. 15 n.1 v. 22, p. 118-136.
- Caetano, M. R. (2025). Empreendedorismo na educação brasileira: repercussões na educação básica. In: Peroni, V. *Relatório de Pesquisa A relação público-privado em países latino-americanos: sujeitos e conteúdo da proposta*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Carvalho, E.; Lumertz, J.; Souza T. (2025). Parceria público e privado: a atuação do Grupo Positivo na educação básica pública. In: Peroni V. *Relatório de Pesquisa A relação público-privado em países latino-americanos: sujeitos e conteúdo da proposta*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Comerlatto, L. (2021). Relatório Instituto Ayrton Senna (IAS). In: Peroni, V. *Relatório Implicações da Relação Público-Privada para a democratização da Educação na*

América Latina: Uruguai, Argentina, Venezuela, Chile, Bolívia e Brasil. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

- Harvey, D. (2008). *O Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo, SP: Loyola, 2008.
- Lima, P. (2020). O projeto educativo da nova direita brasileira: sujeitos, pautas e propostas. *Dissertação* (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Mattei C. (2023). *A ordem do capital: como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo*. São Paulo: Boitempo.
- Mészáros, I. (2002). *Para além do Capital*. São Paulo, SP: Boitempo Editorial; Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- Montano, M.; Pires, D.O. (2019). O marco regulatório do Terceiro Setor: a oferta da Educação Infantil no município de Porto Alegre. *Revista Práxis Educacional*, v. 15, n. 31.
- Lumertz, J. (2021). Grupo Positivo e o Sistema de Ensino Aprende Brasil. In: Peroni, V. *Relatório Implicações da Relação Público-Privada para a democratização da Educação na América Latina: Uruguai, Argentina, Venezuela, Chile, Bolívia e Brasil*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Oliveira, C. (2021). Fundação Lemann: direção e execução da proposta, e os sujeitos individuais e coletivos envolvidos. In: Peroni, V. *Relatório Implicações da Relação Público-Privada para a democratização da Educação na América Latina: Uruguai, Argentina, Venezuela, Chile, Bolívia e Brasil*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Oliveira, C. (2025). A influência da Fundação Lemann frente à direção e execução dos programas e políticas públicas de educação. In: Peroni, V. *Relatório de Pesquisa A relação público-privado em países latino-americanos: sujeitos e conteúdo da proposta*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Peroni, V. (2003). *Política educacional e papel do Estado: No Brasil dos Anos 1990*. São Paulo: Xamã Editora.
- Peroni, V. (2018). Múltiplas formas de materialização do privado na educação básica pública no Brasil: sujeitos e conteúdo da proposta. *Currículo sem Fronteiras*, v. 18, p. 1-27.
- Peroni, V. (2023). As particularidades atuais do capitalismo e sua materialização em processos de privatização da educação básica. *Revista Transmutare*, v. 8.
- Peroni, V., Rossi, A. e Lima, P. (Org.). (2021). *Diálogos sobre a relação entre o público e o privado no Brasil e na América Latina*. São Paulo: Livraria da Física, 2021.
- Peroni, V. e Oliveira, C. (2019). O marco regulatório e as parcerias público-privadas no contexto educacional. *Revista Práxis Educacional*, v. 15, n. 31.

- Peroni, V. (2020). Relação público-privado no contexto de neoconservadorismo no Brasil. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 41.
- Peroni, V., Lima P. e Kader, C. (Org.). (2018). *Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação*. São Leopoldo: Oikos.
- Peroni, V. (Org.). (2013). *Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação*. Brasília: Liber Livro.
- Peroni, V. (Org.). (2015) *Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação*. São Leopoldo: Oikos.
- Susin, M. O. (2009) A Qualidade na Educação Infantil comunitária em Porto Alegre: estudo de caso em quatro creches conveniadas. *Tese* (Doutorado em educação), UFRGS.
- Thompson. E.P. (1981). *A miséria da teoria ou um planetário de erros* uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Vieira, E. (1998). O Estado e a sociedade civil perante o ECA e a LOAS. *Serviço Social & Sociedade*, n. 56, p. 9-23.
- Puello-Socarrás, J.F. (2008). *Nueva gramática del Nel-liberalismo*: Itinerarios teóricos, trayectorias intelectuales, claves ideológicas. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales.
- Rikowski, G. (2017). Privatização em educação e formas de mercadoria. *Revista Retratos da Escola*, 11(21), p. 393-413.
- Wood, E.M. (2003). *Democracia contra o capitalismo a renovação do materialismo histórico*. São Paulo, SP: Boitempo Editorial.

Submetido em abril de 2026

Aprovado em abril de 2026

Informações autorais

Vera Maria Vidal Peroni

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS-Brasil)

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP-Brasil)

Link ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6543-8431>

Link LATTES: <http://lattes.cnpq.br/9945008202279221>

E-mail: veraperoni@gmail.com

Maria Raquel Caetano

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFSUL-Brasil)

Link ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6973-908X>

Link LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8670505772168037>

E-mail: caetanoraquel2013@gmail.com